# **NOTÍCIAS CNTV**



#### **Boletim Eletrônico**

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 22/05/2014 - Edição 1044

# Em Rondônia, vigilante ocupam SEDUC e secretário culpa empresa Rocha pelo não pagamento dos rescisões



Vigilantes cobram Pagamentos de Salários e Rescisão

"Está comprovado que a empresa Rocha foi irresponsável e até criminosa, ao não reservar o valores das rescisões, prova disso é que as empresas Impactual e Columbia pagaram todos os direitos", disse o secretário estadual de educação de Rondônia, Emerson Castro, durante reunião realizada na manhã desta quarta-feira (21), na Secretária de Estadual de Educação (SEDUC).

Participaram da reunião o deputado estadual Claudio Carvalho, o presidente do Sindicato das Empresas de Vigilantes (SINTESV) Paulo Tico, o presidente da Central do Única dos Trabalhadores de Rondônia (CUT-RO) Itamar Ferreira, o advogado Ernandes Segismundo, técnicos da SEDUC e uma comissão de vigilantes demitidos.

A reunião aconteceu durante um protesto em que os vigilantes fizeram uma ocupação pacífica da recepção do SEDUC. São aproximadamente dois mil vigilantes, sendo que a maioria deles, cerca de 80%, são da empresa de Vigilância Rocha, da família do ex-senador Expedito foram demitidos Iunior. que em outubro de 2013 quando o Confúcio governador Moura decidiu acabar com os contratos de vigilantes; sendo que estão há mais de seis meses sem receber suas verbas rescisórias. Recentemente o governador assumiu numa entrevista que "mandei cancelar o contrato de vigilância dele", referindo se a Expedito Junior, demonstrando que uma dos motivos para acabar com os contratos de vigilância não era apenas técnico ou orçamentário, mas de disputa política.

Os representantes dos vigilantes demitidos não aceitaram a argumentação da SEDUC, pois se a empresa foi irresponsável, o Estado tem responsabilidade subsidiária de pagar as rescisões dos vigilantes demitidos. Além disso, a empresa alega que houve fato superveniente

relevante que aumentaram custos, como o risco de vida de 30% estabelecido pela Lei 12.740/2012 e os reajustes das Convenções Coletivas de Trabalho, que não foram repassados pelo Estado para os contratos de vigilância. Outro fato destacado é que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Controladoria Geral do Estado (CGE) já deram parecer e nota técnica favoráveis ao realinhamento dos contratos, no valor de mais R\$ 11 milhões, valor mais do que suficiente para pagar todas as rescisões.

Em uma assembleia feita em frente à secretaria, às 12h30, foi informado aos manifestantes que a proposta SEDUC é de dar uma resposta oficial definitiva em até 20 dias. Os trabalhadores decidiram que não vão aguardar esse prazo sem realizar novas manifestações; sendo que na parte da tarde será feita uma reunião na sede do sindicato para definir quais serão as próximas atividades de protestos; não estão descartadas manifestações em agendas governador Confúcio Moura em todo Estado; bem como nas agendas do ex-senador Expedito Junior ligado à empresa Rocha, que deu o calote em 1.622 vigilantes. "Os vigilantes estão passando necessidade enquanto seus direitos não pagos, não queremos saber de briga política do governador, queremos os nossos direitos pagos", afirmou Paulo Tico, presidente do SINTESV.

Fonte: CUT

#### Criação de piso nacional para vigilantes é defendida por parlamentar



Vigilante também falou de material escolar

O líder do Bloco PT/PRB, deputado e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante (PT), defendeu na sessão ordinária desta quartafeira (21) da Câmara Legislativa do Distrito Federal a aprovação de um piso nacional para os vigilantes. A criação do piso está prevista em um projeto de lei em tramitação na Câmara Federal e já aprovado pelo Senado.

Chico Vigilante informou que a comissão especial da Câmara que analisará a proposição será instalada nos próximos dias. Segundo ele, atualmente os vigilantes do DF são os mais bem pagos do Brasil, mas a realidade no restante do país é bem diferente. "O piso nacional é importante e fundamental para todos os trabalhadores da segurança privada do Brasil", assinalou. A proposta criará um piso mínimo para os vigilantes de todo o País.

Material escolar - Vigilante também elogiou o programa social do GDF do cartão do material escolar, que conta com 300 papelarias participantes. De acordo com o deputado, as famílias de baixa renda cadastradas podem comprar material escolar de qualidade para seus filhos. "É um programa que dá dignidade às pessoas", completou.

Fonte: Jusclip

#### Bancos de Birigui (SP) terão vigilante armado também em feriados



Após a publicação, os estabelecimentos bancários terão 30 dias para se adequarem à nova regra

A Câmara de Birigui aprovou o projeto de lei que estende aos finais de semana e feriados a obrigatoriedade de as agências bancárias do município manter vigilância armada nos caixas eletrônicos das 16h às 22h. O novo parágrafo incluído no Código de Posturas Bancárias da cidade estabelece ainda multa de R\$ 10 mil para as unidades que descumprirem a norma. A lei foi aprovada por unanimidade na semana passada e segue agora para a sanção do prefeito Pedro Bernabé (PDT).

Após a publicação, os estabelecimentos bancários terão 30 dias para se adequarem à nova regra. As agências que não cumprirem a norma serão multadas em R\$ 10 mil a cada denúncia que for feita, segundo o autor da matéria, o vereador Cristiano Salmeirão (PPS). O parlamentar decidiu ampliar a lei, que já havia sido sancionada

pelo Legislativo em março, porque as agências bancárias não estariam cumprindo a norma após o prazo dado para a implantação dos vigilantes.

Salmeirão prometeu que irá continuar pressionando para que a lei seja cumprida. "Se for necessário, apresentarei um novo prevendo uma multa maior", afirmou o vereador. Conforme o parlamentar explicou, a fiscalização será feita por ele próprio e a população, que pode informar aos vereadores quais agências estão desobedecendo a norma. "Eu irei pessoalmente com duas testemunhas a todas as agências bancárias de Birigui e comunicarei a Prefeitura das que não estão de acordo com a lei", garantiu Salmeirão. "Quando a lei for sancionada, vou comunicar todas as agências bancárias", acrescentou.

Fonte: Folha da Região

### "Investir na formação da classe trabalhadora é chave para combater o neoliberalismo", afirmou Vagner, presidente da CUT



Dirigentes sindicais brasileiros debatem realidade do mundo do trabalho em Berlim, na Alemanha. João Felício (branco), deve ser eleito novo presidente da CSI. Na foto, João Felício, José Boaventura e Vagner Freitas.

"A CUT entende que o investimento na formação da classe trabalhadora é chave para a construção de um novo modelo de sociedade, uma iniciativa com relevância estratégica na disputa política e ideológica com o capital. Em tempos de neoliberalismo, onde os economistas e a mídia conservadora se unem por uma pauta regressiva, precisamos nos qualificar para oferecer a nossa alternativa".

A afirmação foi feita pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, no debate promovido pela central estadunidense AFL-CIO, nesta terça-feira, em Berlim, durante o Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI), que reúne 1.500 delegados e delegadas de 161 países até a próxima sexta-feira na capital alemã.

Na oportunidade, o presidente da AFL-CIO, Richard Trumka denunciou a escalada neoliberal, "de ataques aos direitos dos trabalhadores", lembrando como novas regras são criadas para beneficiar cada vez mais uma minoria de empresas. Num contexto de intensa disputa contra o retrocesso, declarou Trumka, a ampliação dos investimentos na educação sindical e sua articulação com as mídias sociais são passos inadiáveis para democratizar o conhecimento e potencializar o enfrentamento. O sindicalista estadunidense citou o exemplo positivo da CUT-Brasil no seu relacionamento com a base para

defender uma maior aproximação e troca de experiências entre as entidades filiadas à CSI.

De acordo com Vagner, a eleição do professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, para presidir a CSI, possibilitará fazermos uma "revolução na educação" a nível internacional, por todo o acúmulo e experiência que trará à entidade também neste campo.

EXPERIÊNCIAS -Entre outras iniciativas, ressaltou o presidente cutista, a Central desenvolve uma parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp), em que lideranças e trabalhadores de base têm aprofundado seus conhecimentos, num curso de mestrado em Economia voltado para o mundo do trabalho. Com a Universidade Global do Trabalho (Global Labour University – GLU), disse Vagner, há vínculos com as Universidades de Kassel (Alemanha), Joanesburgo (África do Sul), Mumbai (Índia) e da Pensilvânia (Estados Unidos), que oferecem cursos em Economia, Regulação do Trabalho, Direitos Internacionais e Globalização.

Fonte: CUT



José Boaventura, presidente da CNTV, com Vagner Freitas, presidente da CUT, participam do congresso da CSI

## Segurança privada com nova legislação em Angola

A proposta de Lei sobre as Empresas de Segurança privada é amanhã submetida à aprovação final global pela Assembleia Nacional. Com este diploma, que já foi aprovado pelos deputados na generalidade, o Executivo quer mais rigor e controlo das empresas de segurança privada, para as tornar mais eficazes.



Fotografia: JA

documento vai regular as actividades destas empresas e permitir o exercício delas com eficácia, respeitando os padrões exigidos para profissionalização desta actividade. pretende possibilitar que os operadores do sector criem mecanismos de contrato para a actividade exercida pelo pessoal inscrito na sua esfera de acção.

A proposta de lei impõe que os efectivos das empresas privadas de segurança frequentem, obrigatoriamente, cursos sobre segurança privada, a serem ministrados em centros de formação autorizados para o efeito. Os presidentes dos grupos parlamentares prepararam, no princípio do mês, uma agenda de 15 pontos e o debate mensal sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros, proposto pela bancada parlamentar do MPLA. Na agenda do primeiro dia dos deputados consta também a proposta de Lei de Direitos de Autor e Conexos, para ser submetida à provação final global. A ser aprovada, vai consagrar maior protecção aos criadores.

O diploma, aprovado na generalidade em Janeiro, responde às solicitações dos artistas, investigadores e sociedade e prognostica a arrecadação de receitas

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV: José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz Jornalista: Pricilla Beine Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

para o Orçamento Geral do Estado (OGE), sem acarretar despesas para o erário. Com esta Lei são reestruturadas a Direcção Nacional dos Direitos de Autor, a Sociedade Angolana dos Direitos de Autor e outras instituições integradas no sistema.

A proposta de Lei das Linhas de Bases sobre a Demarcação e Delimitação dos Espaços Marítimos de Angola é outro diploma a ser submetido a aprovação final global. Com o ele, o Executivo pretende adoptar medidas adequadas para garantir a segurança dos espaços marítimo, face às ameaças colocadas pelos mais variados actos ilícitos. A Presidente da primeira Comissão de Especialidade da Assembleia Nacional, Guilhermina Prata, falou do conjunto de diplomas a serem analisados, tendo destacado a proposta de Lei sobre as Empresas de Segurança Privada e o Projecto de Lei de alteração à Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais.

A deputada disse que vai ser aprovada pela Assembleia Nacional uma Lei que regula a questão da comercialização de armas de fogo. "A curto prazo a Assembleia Nacional vai receber uma proposta que trata essencialmente desta matéria. Esta questão vai ter um diploma próprio", disse a deputada. "O Comando da Policia Nacional deve analisar que tipo de armas de pequeno porte e ligeiras as empresas de segurança devem utilizar", disse.

Guilhermina Prata explicou que na Lei sobre as Eleições Gerais vai ser feita uma alteração pontual para ajustar a composição da Comissão Nacional Eleitoral. A deputada disse que os deputados vão ainda voltar a alteração de cinco artigos desta Lei. Salomão Xirimbimbi disse que os deputados vão analisar um Pacote Económico onde existem três pedidos de autorização legislativa.

Fonte: Jornal de Angola



site: www.cntv.org.br email:cntv@terra.com.br Fone: (61) 3321-6143 SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11 CEP: 73300-000 Brasília-DF